

# GÊNERO E PRODUÇÃO: POR UMA HISTÓRIA ECONÔMICA SENSÍVEL ÀS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA \*   
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 SÃO LUÍS – MARANHÃO – BRASIL

PERLA DANIELE COSTA CARREIRO \*\*   
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 SÃO LUÍS – MARANHÃO – BRASIL

## RESUMO

Este artigo propõe refletir sobre a inserção dos estudos de gênero no campo da História Econômica como uma inflexão epistemológica e não apenas como ampliação temática. Argumenta-se que a historiografia econômica tradicional negligenciou as relações de gênero nos sistemas produtivos e distributivos, reforçando uma suposta neutralidade analítica. A proposta articula a crítica feminista à economia política com a renovação historiográfica dos Annales, especialmente em relação à longa duração e às estruturas sociais. Autoras como Joan Scott, Silvia Federici e Maria Mies são mobilizadas para evidenciar como as hierarquias de gênero, classe e raça estruturam as dinâmicas econômicas. Com base em exemplos da história do trabalho feminino no Brasil, da economia escravista e das economias domésticas contemporâneas, o artigo defende a ampliação do conceito de “produção econômica” para incluir o trabalho reprodutivo, os cuidados e a informalidade. Busca-se, assim, renovar criticamente a História Econômica e dialogar com debates sobre justiça e reconhecimento.

**Palavras-chave:** História Econômica; Gênero; Trabalho; Economia Feminista; Reprodução Social.

## ABSTRACT

This article reflects on the incorporation of gender studies into the field of Economic History as an epistemological shift, not merely a thematic expansion. It argues that traditional economic historiography has neglected the role of gender relations in shaping productive and distributive systems, reinforcing an apparent analytical neutrality. The proposal combines feminist critiques of political economy with the historiographical renewal of the Annales school, especially regarding long-term structures and social foundations. Authors such as Joan Scott, Silvia Federici, and Maria Mies are referenced to demonstrate how gender, class, and racial hierarchies shape economic dynamics. Drawing on examples from women's labor history in Brazil, the slave-based economy, and contemporary domestic economies, the article advocates for expanding the concept of “economic production” to include reproductive labor, care work, and informality. In doing so, it seeks to critically renew Economic History, making it more responsive to social change and aligned with contemporary debates on justice and recognition.

**Keywords:** Economic History; Gender; Labor; Feminist Economics; Social Reproduction.

\* Doutor em História Econômica pela USP. Professor Associado da UFMA. E-mail: [luiz.souza@ufma.br](mailto:luiz.souza@ufma.br).

\*\* Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA), especialista em Gestão de Projetos pela Universidade de São Paulo (USP), e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [perladaniele004@gmail.com](mailto:perladaniele004@gmail.com).

**RESUMEN**

Este artículo propone reflexionar sobre la inserción de los estudios de género en el campo de la Historia Económica como una inflexión epistemológica y no solo como una ampliación temática. Se argumenta que la historiografía económica tradicional ha descuidado las relaciones de género en los sistemas productivos y distributivos, reforzando una supuesta neutralidad analítica. La propuesta articula la crítica feminista a la economía política con la renovación historiográfica de los Annales, especialmente en relación con la larga duración y las estructuras sociales. Autoras como Joan Scott, Silvia Federici y Maria Mies son movilizadas para evidenciar cómo las jerarquías de género, clase y raza estructuran las dinámicas económicas. Con ejemplos de la historia del trabajo femenino en Brasil, de la economía esclavista y de las economías domésticas contemporáneas, el artículo defiende la ampliación del concepto de “producción económica” para incluir el trabajo reproductivo, los cuidados y la informalidad. De este modo, se busca renovar críticamente la Historia Económica y dialogar con debates sobre justicia y reconocimiento.

**Palabras clave:** Historia Económica; Género; Trabajo; Economía Feminista; Reproducción Social.

**INTRODUÇÃO**

A História Econômica, desde sua conformação disciplinar, esteve estreitamente vinculada ao estudo da vida material das sociedades. Essa perspectiva, especialmente desenvolvida pelos historiadores da segunda geração dos Annales, como Fernand Braudel, concebe a economia não apenas como um sistema de trocas ou como um campo técnico de análise, mas como um conjunto de práticas cotidianas ancoradas no tempo longo, no espaço geográfico e nas condições concretas de existência. A preocupação com o “nível da vida” com os ritmos da produção agrícola, os regimes alimentares, as formas de habitação, os ciclos de escassez e abundância permitiu ampliar o escopo da História Econômica para além das conjunturas e estruturas macroeconômicas, direcionando-a à compreensão dos modos de sobrevivência e das relações entre o homem e a natureza.

Essa orientação para a vida material também reconfigura o estatuto dos sujeitos históricos. Ao se interessar pela economia dos camponeses, pelos hábitos alimentares, pelas tecnologias artesanais ou pelas práticas de subsistência urbana, a História Econômica incorporou a experiência dos grupos populares, dos trabalhadores e das mulheres, ainda que de modo desigual. O estudo da vida material exige uma sensibilidade às condições concretas da

existência, às técnicas do corpo, aos usos do espaço e aos ritmos impostos pelo ambiente físico. Nesse sentido, a vida material funciona como uma chave interpretativa que conecta o econômico ao social, o político ao ambiental, desestabilizando as fronteiras rígidas entre campos disciplinares e permitindo leituras mais complexas sobre as formas históricas de reprodução da vida.

A História Econômica desenvolveu-se, ao longo do século XX, como um campo de intersecção entre diferentes saberes, apropriando-se de ferramentas conceituais e metodológicas da Economia, da História Social, da Demografia, da Estatística e da Sociologia. Seu objeto, a economia das sociedades pretéritas, emergiu como resposta às transformações do capitalismo e à necessidade de compreender a produção, a distribuição e o consumo de riquezas em diferentes contextos históricos. Contudo, essa construção disciplinar, marcada por uma ênfase estruturalista e por um viés quantitativo, resultou em abordagens que, em muitos casos, excluíram ou marginalizaram sujeitos historicamente subalternizados, sobretudo as mulheres e outras expressões das relações de gênero.

A delimitação do que é ou não considerado parte da “economia” foi moldada por uma racionalidade androcêntrica que restringiu o campo de análise às relações formais de mercado, à lógica da acumulação e à produção mercantil. Como observa Joan Scott (1995)<sup>1</sup>, a ausência do gênero enquanto categoria de análise não decorre de um esquecimento fortuito, mas da naturalização de estruturas patriarcais que hierarquizam e separam o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo, atribuindo ao último um valor secundário ou inexistente. Da mesma forma, Silvia Federici (2017)<sup>2</sup> aponta que a dissociação entre produção e reprodução foi central para a consolidação do capitalismo, pois permitiu a exploração do trabalho das mulheres sem sua correspondente valorização econômica ou reconhecimento político.

A crítica feminista à economia política denuncia as limitações dessas abordagens ao demonstrar que a vida econômica não se restringe aos indicadores agregados nem tampouco pode prescindir da análise das relações sociais que sustentam a produção da riqueza. Essa crítica, ao invés de enfraquecer a História Econômica, amplia sua potência heurística ao propor

<sup>1</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 71–99.

<sup>2</sup> FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

uma redefinição de seus objetos, métodos e finalidades. Em lugar de uma disciplina dedicada exclusivamente ao estudo de conjunturas ou estruturas macroeconômicas, propõe-se uma História Econômica atenta aos sujeitos invisibilizados, às práticas cotidianas e às formas de trabalho que escapam às estatísticas oficiais, mas centrais para a reprodução da vida social.

Este artigo tem como objetivo explorar os cruzamentos entre os estudos de gênero e a História Econômica, defendendo que essa interlocução promove não apenas a inclusão de novos temas, mas também uma reorientação epistemológica da própria disciplina. Ao recuperar experiências históricas de mulheres em diferentes regimes econômicos, como a economia escravista, a industrialização periférica, o trabalho informal e o cuidado, busca-se evidenciar os mecanismos históricos de exclusão, exploração e resistência que estruturam a economia sob o signo da desigualdade.

Assim, adotamos uma abordagem qualitativa e teórica para explorar os cruzamentos entre os estudos de gênero e a História Econômica. A pesquisa é estruturada de maneira analítica e crítica, com o objetivo de revisar as limitações da historiografia econômica tradicional, especialmente em relação à exclusão das mulheres e das questões de gênero. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão das contribuições da crítica feminista à economia política, incluindo o pensamento de autoras como Joan Scott, Silvia Federici e Maria Mies, que são fundamentais para problematizar as categorias econômicas de trabalho, valor e produção sob uma perspectiva de gênero. Por meio dessa reorientação epistemológica, propomos uma nova configuração da História Econômica, mais sensível às desigualdades estruturais e capaz de incluir as contribuições invisibilizadas ao longo da história. A forma de abordagem busca, portanto, desafiar as premissas tradicionais da disciplina e propor uma historiografia mais inclusiva e crítica, que reconheça as diversas formas de produção e as relações sociais que estruturam a economia.

A fim de sustentar essa proposta, o artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução. A primeira seção apresenta os fundamentos teóricos da crítica feminista à economia política, com destaque para autoras como Maria Mies, Nancy Fraser e Silvia Federici. Em seguida, discute-se o estatuto epistemológico do gênero na historiografia,

articulando os debates de Joan Scott<sup>3</sup> à crítica da separação entre produção e reprodução. A terceira seção analisa empiricamente casos de exclusão e participação econômica de mulheres, com ênfase no trabalho têxtil, doméstico e escravizado no Brasil. Por fim, a seção conclusiva sintetiza os argumentos desenvolvidos e propõe caminhos para uma História Econômica mais sensível às desigualdades estruturais, reforçando sua vocação interdisciplinar e crítica.

## A CRÍTICA FEMINISTA À ECONOMIA POLÍTICA

A crítica feminista à economia política emerge como uma das mais fecundas contribuições à revisão dos fundamentos conceituais da História Econômica. Trata-se de uma crítica estrutural, que não apenas denuncia a exclusão das mulheres da narrativa histórica econômica tradicional, mas propõe um novo arcabouço teórico capaz de incluir práticas, agentes e formas de trabalho sistematicamente invisibilizadas. A separação entre "produção" e "reprodução" pilar da racionalidade econômica moderna é apontada por Silvia Federici como uma das maiores operações ideológicas do capitalismo, pois sustenta a desvalorização do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por mulheres, ao mesmo tempo que o torna funcional à acumulação de capital<sup>4</sup>.

Federici, ao reinterpretar a transição do feudalismo ao capitalismo, argumenta que o advento da economia moderna não implicou somente a reorganização dos meios de produção, mas também o controle dos corpos femininos e da força reprodutiva das mulheres. Em *Calibã e a Bruxa*, a autora afirma que “a acumulação primitiva exigiu a separação violenta entre o corpo das mulheres e sua autonomia reprodutiva”<sup>5</sup>. Tal processo não é marginal à História Econômica: ele constitui uma de suas condições fundantes. A reprodução social, longe de ser uma esfera exterior à economia, é uma base silenciosa sobre a qual se erguem as relações de produção formalmente reconhecidas.

Essa crítica também encontra eco em Maria Mies, que em *Patriarchy and Accumulation on a World Scale* (1986) demonstra que o trabalho das mulheres, especialmente no Sul Global,

<sup>3</sup> SCOTT, 1995.

<sup>4</sup> FEDERICI, 2017.

<sup>5</sup> FEDERICI, 2017, p. 115.

foi sistematicamente explorado não apenas em termos econômicos, mas sob a dupla lógica da opressão patriarcal e da extração capitalista. Mies formula o conceito de “colonialismo doméstico” para descrever como a esfera privada se torna um locus de exploração invisível, sustentando as economias capitalistas sem gerar estatísticas, salários ou reconhecimento. Essa abordagem amplia os limites da economia política clássica, ao articular gênero, colonialismo e exploração econômica.

Ao contrário do que propõe a tradição marxista ortodoxa, que por vezes tratou o trabalho doméstico como uma categoria derivada ou secundária, autoras feministas defenderam sua centralidade analítica. Nancy Fraser, por exemplo, propõe uma redefinição da noção de justiça, que articule redistribuição e reconhecimento. Para ela, a Teoria Crítica deve considerar tanto os mecanismos de exploração econômica quanto os processos culturais de desvalorização<sup>6</sup>. Isso demanda da História Econômica uma abertura epistemológica que lhe permita lidar com as esferas simbólicas, afetivas e subjetivas da reprodução social.

Tal abertura não é apenas metodológica no sentido de incorporar novas fontes ou ampliar o escopo empírico, mas implica uma transformação nas premissas fundamentais sobre o que se entende por conhecimento válido, por racionalidade econômica e por historicidade. A crítica feminista à epistemologia moderna evidencia que os critérios de objetividade consagrados pelas ciências sociais, incluindo a história, foram construídos sobre bases masculinas e eurocentradas, que invisibilizam experiências, saberes e práticas que escapam à racionalidade formal-instrumental.

Ao tratar o econômico como esfera autônoma, autorregulada e desvinculada das relações afetivas, simbólicas e reprodutivas, a tradição da economia política clássica contribuiu para cristalizar uma epistemologia excludente. A História Econômica, ao herdar essa concepção, tende a operar com dicotomias e binarismos que sustentam uma divisão sexual do saber e dificultam o reconhecimento da complexidade dos processos sociais. Como argumenta

---

<sup>6</sup> FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, 2006. p. 231-239.

Donna Haraway<sup>7</sup>, toda produção de conhecimento é situada, encarnada, e carrega as marcas de quem a produz, razão pela qual é necessário desconstruir a pretensão de neutralidade que sustenta os regimes epistemológicos dominantes.

A incorporação das dimensões afetivas e subjetivas da reprodução social desafia, portanto, os fundamentos epistemológicos da história econômica tradicional. Isso implica reconhecer que a economia é também constituída por valores morais, expectativas simbólicas, vínculos comunitários e relações de cuidado, como exemplos de substâncias que não se deixam quantificar facilmente, mas que tem centralidade na vida social. Nesse sentido, o aporte da economia moral, conforme formulado por E. P. Thompson (1998)<sup>8</sup>, também se revela útil ao apontar para a importância das percepções populares de justiça, reciprocidade e sobrevivência na constituição de comportamentos econômicos.

Essa renovação epistemológica demanda, ainda, uma descolonização do olhar histórico-econômico. A crítica de autoras como Oyèrónké Oyěwùmí<sup>9</sup> e Silvia Cusicanqui<sup>10</sup> às categorias universais de gênero e economia evidencia que os paradigmas modernos de conhecimento invisibilizam cosmovisões outras, nas quais as fronteiras entre o econômico, o espiritual e o afetivo não estão rigidamente demarcadas. A História Econômica, ao assumir uma perspectiva crítica e feminista, deve se dispor a reconhecer saberes subalternos, lógicas não mercantis de organização da vida e epistemologias não ocidentais.

Portanto, não se trata de acrescentar “mais um tema” à História Econômica, mas de reformular suas bases epistêmicas, confrontando o paradigma da razão desincorporada que organiza sua tradição. Ao incorporar as esferas simbólicas, afetivas e subjetivas da reprodução social, a História Econômica amplia sua capacidade de compreender as formas de dominação e resistência que atravessam a economia em suas múltiplas escalas do lar à fábrica, do terreiro à

<sup>7</sup> HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995. p. 7-41.

<sup>8</sup> THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>9</sup> OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

<sup>10</sup> RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015. p. 34.



bolsa de valores. Essa inflexão crítica e epistemologicamente comprometida é condição para o campo continuar exercendo, como já se disse<sup>11</sup>, o seu potencial de “destruir ilusões”.

Essa reconfiguração também questiona as metodologias tradicionais do campo. O uso míope de estatísticas agregadas e modelos econométricos pode limitar a compreensão das desigualdades de gênero, ao não captar o trabalho não remunerado, o cuidado informal, as redes de solidariedade e as estratégias de sobrevivência praticadas por mulheres em contextos de escassez. Como afirma Lourdes Benería (2003)<sup>12</sup>, a economia ortodoxa operou historicamente com uma noção estreita de “trabalho”, restringindo-o à esfera mercantil e formal. A incorporação da perspectiva de gênero exige, portanto, uma redefinição da própria noção de trabalho, que considere sua dimensão social e política.

Do ponto de vista histórico, isso implica resgatar as experiências econômicas das mulheres, não como exceções à norma, mas como parte constituinte das dinâmicas econômicas. As histórias do trabalho feminino, da participação das mulheres na economia rural, da produção doméstica e das estratégias coletivas de cuidado precisam ser inseridas no centro da análise, e não relegadas às margens como “temas sociais”. Isso requer uma História Econômica que reconheça a pluralidade de agentes e a diversidade das formas de produção da vida.

Essa crítica não se limita ao campo historiográfico, mas se articula também a disputas políticas contemporâneas. A divisão sexual do trabalho permanece como fundamento das desigualdades econômicas em escala global. O avanço da informalidade, da precarização e da sobrecarga de trabalho das mulheres, especialmente negras e periféricas, reforça a atualidade da crítica feminista à economia política. Como observa Verónica Gago (2019)<sup>13</sup>, as greves feministas têm recolocado o trabalho reprodutivo no centro das lutas políticas, desestabilizando a separação entre o econômico e o social, entre a produção e a vida.

Assim, incorporar a crítica feminista à História Econômica não significa apenas ampliar seu escopo temático, mas reconhecer que suas categorias fundadoras como trabalho, valor,

<sup>11</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>12</sup> BENERÍA, Lourdes. *Gender, Development and Globalization: Economics as if All People Mattered*. New York: Routledge, 2003. p. 2.

<sup>13</sup> GAGO, Verónica. *La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019. p. 28.



produção, riqueza são historicamente situadas e carregadas de vieses. O desafio é construir uma historiografia econômica que seja capaz de reconhecer as formas invisibilizadas de trabalho, de valor e de resistência, e compreenda a economia como um campo de relações sociais marcadas por gênero, raça e classe. Trata-se, portanto, de uma renovação epistemológica, que reposiciona a História Econômica como disciplina crítica e sensível às estruturas de dominação e exploração que atravessam a experiência histórica.

## GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE HISTÓRICA

O ingresso da categoria “gênero” nos estudos históricos representa uma inflexão epistemológica que ultrapassa a mera inclusão de mulheres nas narrativas. Ao propor o gênero como uma construção social, relacional e histórica, a historiadora Joan Scott<sup>14</sup> (1995) desestabiliza as noções essencialistas que associam papéis e identidades sexuais a determinismos biológicos. Para Scott<sup>15</sup>, “o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”, o que implica reconhecer que toda estrutura social, inclusive as econômicas, está atravessada por hierarquias de gênero que produzem desigualdades e exclusões sistemáticas.

No campo da História Econômica, a aplicação da categoria de gênero requer a revisão de noções fundantes, como trabalho, produção e valor. Historicamente, o trabalho das mulheres foi naturalizado como uma extensão do papel doméstico, desprovido de valor “econômico”, e ausente das análises quantitativas e das teorizações sobre os modos de produção. O efeito disso foi uma historiografia centrada em agentes masculinos, inseridos no espaço público e formal do mercado, enquanto as mulheres figuravam, quando muito, como personagens secundárias ou destinatárias passivas das políticas econômicas.

Essa omissão não é neutra: ela reforça um paradigma androcêntrico de racionalidade econômica que exclui práticas fundamentais para a reprodução da vida. A crítica feminista, ao historicizar as formas de invisibilização do trabalho das mulheres, demonstra que a economia nunca foi um campo neutro. Pelo contrário, foi construída historicamente de maneira a privilegiar certas formas de produção (mercantis, formais, industriais) em detrimento de outras

<sup>14</sup> SCOTT, 1995.

<sup>15</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. p. 86.

(domésticas, comunitárias, informais), que foram, em grande parte, realizadas por mulheres, sobretudo negras, pobres e periféricas.

A História Econômica, ao se abrir para o gênero, precisa também rever sua matriz disciplinar. Como aponta Judith Butler<sup>16</sup>, o gênero não é uma essência ou uma identidade fixa, mas um processo performativo e reiterativo de normas sociais. Isso significa que as hierarquias de gênero não são estáticas, mas são continuamente produzidas e reproduzidas nos diversos contextos históricos. Essa perspectiva dinâmico-relacional permite à historiografia econômica captar as mutações nas formas de inserção econômica das mulheres, bem como os mecanismos de resistência e adaptação construídos ao longo do tempo.

Outro elemento central é a articulação entre gênero, raça e classe. A crítica interseccional, desenvolvida por autoras como Angela Davis<sup>17</sup> e Patricia Hill Collins<sup>18</sup>, evidencia que as desigualdades econômicas não operam de forma isolada, mas interdependente. A economia escravista, por exemplo, não pode ser compreendida sem considerar a exploração simultânea do corpo racializado e do trabalho reprodutivo das mulheres negras. Ao serem tratadas como “ventres produtores” e mão de obra desvalorizada, essas mulheres foram simultaneamente exploradas por sua condição de gênero e raça, o que exige uma História Econômica sensível a essas intersecções.

Essa abordagem permite ainda repensar o conceito de “modos de produção”. Se, na tradição marxista, o modo de produção é definido a partir da articulação entre forças produtivas e relações de produção, a crítica feminista propõe expandir essa noção para incluir a reprodução social como instância fundante da economia. Como destacam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019)<sup>19</sup>, não há produção de mercadorias sem a reprodução da força de trabalho, tarefa majoritariamente assumida por mulheres e, ainda hoje, amplamente invisibilizada e não remunerada. Incorporar a perspectiva de gênero implica, portanto, reconfigurar os próprios

<sup>16</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 55.

<sup>17</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>18</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo 2019, p. 102.

<sup>19</sup> ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 25.

fundamentos analíticos da História Econômica, incluindo a centralidade da reprodução social como categoria estrutural.

Além disso, a utilização do gênero como categoria de análise exige o abandono da ilusão de totalidade homogênea. A experiência econômica das mulheres não é universal: ela varia conforme o contexto histórico, as estruturas de parentesco, a legislação, a religião, a moralidade e as lógicas culturais locais. Nesse sentido, uma História Econômica que incorpore o gênero deve necessariamente recorrer à micro-história, à história oral e aos estudos culturais, abrindo-se à multiplicidade de experiências e subjetividades que não se deixam capturar apenas por modelos agregados ou séries longas.

Do ponto de vista metodológico, isso implica uma ampliação das fontes e uma sensibilidade específica na interpretação dos dados. O testemunho, o diário, a correspondência pessoal, o registro etnográfico e as práticas comunitárias tornam-se fontes válidas para apreender os modos pelos quais as mulheres experimentaram, resistiram ou subverteram as imposições econômicas de seu tempo. Como assinala Michelle Perrot<sup>20</sup>, é preciso “dar voz às silenciosas”, permitindo que a História Econômica incorpore também os afetos, os cuidados e as relações interpessoais que estruturam o cotidiano das economias populares.

Incorporar o gênero à História Econômica não significa enfraquecer sua consistência teórica ou seu rigor analítico. Ao contrário, trata-se de ampliar sua capacidade explicativa, dotando-a de ferramentas mais adequadas para compreender a complexidade das relações sociais. O gênero, como categoria analítica, desnaturaliza os pressupostos tradicionais da economia, revelando os mecanismos de poder e desigualdade que a atravessam. Com isso, a História Econômica se renova, não apenas como disciplina, mas como prática crítica comprometida com a leitura das estruturas e dos sujeitos que produzem e reproduzem a vida.

## HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA E A EXCLUSÃO DAS MULHERES

A exclusão das mulheres da historiografia econômica não se deu por ausência de participação delas na vida produtiva, mas pela definição restritiva do que se convencionou

<sup>20</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005, p. 9.

entender como “economia”. A historiografia clássica, ancorada em paradigmas estruturalistas e na primazia das grandes narrativas de acumulação, centrou-se nas trajetórias de elites proprietárias, nos ciclos industriais, nas políticas estatais e nos índices agregados de crescimento e crise. Ao fazer isso, consolidou uma economia da visibilidade masculina: os agentes relevantes eram homens inseridos nas esferas públicas, formais e reconhecidas de produção. Com isso, o trabalho feminino, frequentemente realizado no espaço doméstico, no campo simbólico ou nas margens do mercado que foi naturalizado, desqualificado ou simplesmente omitido como objeto digno de análise histórica.

Esse apagamento historiográfico reflete um paradigma epistêmico excludente. A divisão sexual do trabalho, longe de ser um dado da natureza, constitui uma construção histórica que organiza o espaço social e os critérios de valor econômico. Como bem argumenta Benería<sup>21</sup>, as mulheres sempre trabalharam em atividades agrícolas, artesanais, de comércio, de cuidado e de gestão familiar. No entanto, o enquadramento da economia como sinônimo de produção mercantil formal serviu para deslegitimar essas formas de trabalho. A historiografia econômica, ao incorporar de forma acrítica as categorias da economia ortodoxa, acabou por reproduzir esse viés e legitimar apenas aquilo que se ajustava à racionalidade capitalista moderna.

Mesmo nas abordagens marxistas da História Econômica, reconhecidas por sua sensibilidade crítica às desigualdades, a centralidade atribuída à relação capital-trabalho e a ênfase conferida à produção fabril resultaram na relegação da reprodução social a uma função acessória. Essa ausência gera implicações teóricas relevantes. Quando o trabalho reprodutivo é ignorado, a compreensão da dinâmica de acumulação capitalista torna-se incompleta, pois desconsidera os mecanismos não remunerados e não mercantis que sustentam a força de trabalho.

No contexto brasileiro, a marginalização das mulheres na História Econômica também é sintoma de uma historiografia marcada por recortes elitistas e regionais. As mulheres negras, indígenas e pobres aparecem, quando muito, como números na demografia da escravidão ou como destinatárias de políticas sociais no pós-abolição.

---

<sup>21</sup> BENERÍA, 2003, p. 15.

Em contextos de industrialização tardia e precária, o trabalho das mulheres esteve vinculado a baixos salários, jornadas extenuantes e ausência de direitos. Entretanto, ele também se articulou a formas de solidariedade feminina, redes comunitárias e práticas de resistência que escapam aos modelos analíticos centrados na fábrica fordista. Nesse sentido, a recuperação dessas experiências exige não apenas novas fontes e metodologias, mas uma disposição epistemológica de revalorizar o cotidiano, o corpo e a experiência como categorias válidas para a análise econômica.

Outro campo onde a exclusão das mulheres se torna evidente é o da economia escravista. A historiografia tradicional privilegiou o escravo como força de trabalho agrícola, masculina e produtiva. Contudo, as mulheres escravizadas não apenas participaram da produção agrícola, como também exerceram funções centrais na reprodução social: como amas de leite, parteiras, cozinheiras, cuidadoras, gestoras de senzala. Angela Davis<sup>22</sup> e Saidiya Hartman<sup>23</sup> demonstram que o corpo da mulher negra escravizada foi simultaneamente objeto de exploração econômica, violência sexual e reprodução forçada. Uma tripla carga, que desafia as categorias analíticas clássicas da economia e da história.

A incorporação da perspectiva de gênero na História Econômica também exige uma reavaliação dos arquivos e das fontes. A ausência de registros sobre o trabalho das mulheres não é sinônimo de ausência de ação, mas resultado das práticas de silenciamento institucionalizadas. Como adverte Arlette Farge<sup>24</sup>, o arquivo é um espaço de poder que molda o que pode ou não ser narrado. Romper com essa lógica requer explorar fontes não convencionais como relatos orais, registros eclesiásticos, crônicas de costumes, literatura, iconografia que permitam reconstituir as práticas econômicas femininas em seus próprios termos.

A exclusão das mulheres da História Econômica não é apenas um problema historiográfico, mas também político. Ao naturalizar a divisão sexual do trabalho e ao invisibilizar a contribuição das mulheres para a economia, a historiografia reforça as hierarquias

<sup>22</sup> DAVIS, 2016.

<sup>23</sup> HARTMAN, Saidiya. *Lose your mother: a journey along the Atlantic slave route*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.

<sup>24</sup> FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 1989.

de gênero e reproduz a lógica da desvalorização social. Inverter essa lógica implica reconhecer que o econômico não é um domínio neutro, mas um campo de disputa, marcado por relações de poder e diferenciações estruturais. A recuperação das experiências econômicas das mulheres, portanto, não é um apêndice ao corpo da história, mas uma condição para que ela se torne mais completa, crítica e comprometida com a justiça cognitiva.

Assim, reescrever a História Econômica a partir das mulheres e do gênero é um gesto de reparação epistêmica. Não se trata apenas de preencher lacunas, mas de reconstruir os alicerces da disciplina, abrindo-a para outras temporalidades, outras práticas e outros sujeitos. Esse movimento fortalece a História Econômica como campo interdependente, interdisciplinar e sensível à pluralidade de experiências. Como argumenta Joan Scott (1990)<sup>25</sup>, a exclusão das mulheres da história não resulta apenas da ausência de fontes, mas da própria forma como o saber histórico foi constituído. A História, enquanto disciplina, organizou suas narrativas a partir de categorias masculinas de relevância, relegando as experiências femininas à esfera do privado, do cotidiano e do não-político. Esse padrão se reproduziu com ainda mais força na História Econômica, cuja matriz teórica foi moldada por uma racionalidade androcêntrica que privilegiou os grandes eventos macroeconômicos e os agentes do capital.

Gerda Lerner (2019)<sup>26</sup>, ao propor a gênese da ordem patriarcal como processo histórico, chama atenção para o fato de o silenciamento das mulheres ser construído ativamente pelas instituições e pelas estruturas do saber. Para ela, a História precisa ser reescrita a partir das experiências das mulheres, não como adição, mas como reorganização profunda do campo. Isso pode significar colocar em questão categorias consolidadas em séculos de pensamento econômico sob o patriarcado, como “trabalho”, “valor” e “produção”<sup>27</sup>, reavaliando os critérios que definem o que é relevante do ponto de vista histórico e econômico.

<sup>25</sup> SCOTT, 1990. p. 5.

<sup>26</sup> LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019. p. 217.

<sup>27</sup> A provocação de estabelecer-se um pensamento para além do patriarcalismo de categorias teóricas, supostamente anódinas, em Economia, pode demandar a necessidade de uma exposição de tais antinomias. Podemos apresentar alguns exemplos delas nesta nota. A epistemologia econômica, ao tratar de categorias como “trabalho”, “valor” e “produção”, frequentemente imbuída de um caráter patriarcal, marginaliza o trabalho feminino, especialmente aquele relacionado ao cuidado e à reprodução social, geralmente realizado no espaço privado. A concepção de trabalho, associada principalmente ao setor produtivo e ao mercado, ignora a relevância do trabalho doméstico e de cuidado, frequentemente realizado por mulheres, desvalorizando-o dentro do sistema

Bonnie Smith (2002)<sup>28</sup>, por sua vez, denuncia como a historiografia profissional do século XIX se constituiu com base em critérios de cientificidade que excluía deliberadamente as formas de escrita e de saber associadas às mulheres, ao afeto e à subjetividade. A busca por uma história “objetiva” e “impessoal” coincidiu com a exclusão de vozes femininas e com a deslegitimação de campos como a economia doméstica, os cuidados e a reprodução.

Nesse sentido, como ressalta Arlette Farge (1989)<sup>29</sup>, é no próprio arquivo entendido como dispositivo de poder que se dá a operação do silenciamento. A escassez de registros sobre o trabalho das mulheres não significa ausência de ação, mas presença ocultada por práticas seletivas de registro. Para romper com essa lógica, é necessário ampliar as fontes utilizadas pela História Econômica, valorizando a memória oral, os registros eclesiásticos, os documentos cotidianos e as formas narrativas populares.

Portanto, incorporar a crítica feminista à historiografia econômica vai além de corrigir omissões. Trata-se de uma reorientação no modo de conhecer, que desafia os fundamentos da disciplina e propõe novas maneiras de compreender o tempo histórico, os sujeitos econômicos e as práticas sociais. Essa abordagem crítica não apenas torna a história mais justa, mas também mais apta a compreender a complexidade das experiências humanas em suas diversas dimensões.

## PROPOSTAS DE REORIENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

A partir da constatação dos limites da historiografia econômica tradicional e estruturada por silenciamentos, vieses androcêntricos e definições restritivas do econômico, torna-se urgente propor uma reorientação epistemológica capaz de reposicionar a História Econômica em diálogo com os desafios contemporâneos da crítica social e dos saberes insurgentes. Esse reposicionamento passa, em primeiro lugar, pela recusa da neutralidade metodológica,

---

econômico. Da mesma forma, a categoria de "valor" no pensamento econômico tradicional se concentra na produção mercantil, desconsiderando o valor do trabalho não remunerado, como o realizado nas esferas doméstica e de cuidado. Por fim, a ideia de "produção" na teoria econômica patriarcal também negligencia as formas de produção relacionadas ao bem-estar familiar e à reprodução social, atividades predominantemente femininas, que não são reconhecidas como produtivas dentro da lógica econômica hegemônica. Esse enfoque reforça uma hierarquia que dá primazia ao trabalho masculino e à produção material, ao mesmo tempo que exclui e subvaloriza as contribuições femininas, refletindo e perpetuando a estrutura de poder patriarcal.

<sup>28</sup> SMITH, Bonnie G. *The Gender of History: Men, Women, and Historical Practice*. Cambridge: Harvard University Press, 2002. p. 4.

<sup>29</sup> FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 1989. p. 15.



frequentemente utilizada para legitimar escolhas seletivas sobre o que deve ou não ser considerado parte da economia. Como argumenta Donna Haraway<sup>30</sup>, “não existe visão de nenhum lugar”: todo conhecimento é situado, condicionado por posições de classe, raça, gênero, corpo e linguagem. Assumir a parcialidade como posição crítica e ética é o primeiro passo para descolonizar a economia como objeto de saber histórico.

Uma História Econômica renovada deve abandonar a noção de que a economia pode ser entendida apenas a partir de relações formais de produção e mercado. Ao contrário, é preciso recuperar a noção ampliada de economia, concebida como o conjunto de práticas materiais, simbólicas, afetivas e políticas voltadas à reprodução da vida. Isso implica o reconhecimento da centralidade do trabalho reprodutivo, do cuidado, da economia doméstica, das trocas comunitárias, dos regimes alimentares e das formas informais de organização do trabalho. A proposta não é diluir os critérios analíticos da disciplina, mas enriquecer sua gramática interpretativa com categorias mais aderentes à diversidade das experiências históricas.

Essa reorientação também demanda o alargamento das fontes e métodos. É necessário valorizar registros que escapam aos cânones documentais da história econômica clássica: narrativas orais, autobiografias, literatura de mulheres, iconografia, registros paroquiais, estatísticas informais, arquivos judiciais e cotidianos. A escuta ativa e a atenção à dimensão subjetiva das experiências econômicas tornam-se componentes cruciais para apreender as múltiplas racionalidades que atravessam o fazer econômico, especialmente nas margens da formalidade e da legalidade. A história oral, por exemplo, tem se mostrado uma ferramenta potente para reconstituir trajetórias de trabalho feminino e estratégias coletivas de sobrevivência que permanecem ausentes dos registros oficiais.

Outro eixo essencial para essa renovação epistemológica é o deslocamento do foco analítico dos grandes agentes e estruturas para as práticas cotidianas e as formas locais de organização econômica. A micro-história, ao enfatizar os fragmentos, as experiências singulares e os eventos aparentemente marginais, permite perceber os conflitos, os arranjos e os sentidos que escapam às abordagens macroeconômicas agregadas. Essa mudança de escala é, também, uma mudança de olhar: ela nos convida a desestabilizar os binarismos analíticos

---

<sup>30</sup> HARAWAY, 1995, p. 10.

(produção/reprodução, trabalho remunerado/não remunerado, público/privado) e a reconstruir as fronteiras da economia com base na complexidade da vida social.

Uma História Econômica crítica e feminista deve investir no cruzamento entre temporalidades diversas. A longa duração das estruturas econômicas, proposta por Braudel, deve ser articulada às rupturas e resistências do cotidiano, conforme sugerido por Thompson<sup>31</sup>. Incorporar o gênero à História Econômica implica não apenas adicionar um “novo tema”, mas reconfigurar o tempo histórico: incluir os ciclos de vida, as rotinas de cuidado, os ritmos da reprodução e os tempos do corpo como elementos legítimos da análise econômica.

A incorporação do pensamento decolonial também se faz necessária. As categorias da economia moderna: valor, propriedade, trabalho, contrato, produtividade, emergem de uma história situada no Ocidente moderno e colonial. Autores como Walter Mignolo<sup>32</sup> e Silvia Rivera Cusicanqui<sup>33</sup> têm demonstrado como essas categorias ocultam epistemologias outras, que organizam a vida econômica com base em princípios distintos, como a reciprocidade, a comunalidade e a interdependência. Uma História Econômica decolonial e interseccional deve se abrir à pluralidade epistêmica e aos saberes ancestrais, rompendo com o universalismo abstrato que sustentou a economia como ciência neutra e totalizante.

Essa reorientação não pode prescindir de um compromisso ético-político com a justiça cognitiva. Revisar os fundamentos da História Econômica não é um exercício apenas teórico: trata-se de participar da disputa pelo sentido da economia, de reconhecer as formas de dominação histórica, e de valorizar as experiências de resistência e construção de mundos outros. A interdisciplinaridade não deve ser compreendida como um acúmulo instrumental, mas como uma abertura ao conflito de paradigmas, à crítica das fronteiras disciplinares e à construção de narrativas que enfrentem, com rigor e sensibilidade, as múltiplas formas de desigualdade que atravessam o fazer econômico.

Reconfigurada nesses termos, a História Econômica ganha densidade crítica, relevância social e capacidade de se recolocar como campo estratégico para compreender não apenas os

<sup>31</sup> THOMPSON, 1998.

<sup>32</sup> MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 24.

<sup>33</sup> RIVERA CUSICANQUI, 2015, p. 40.

ciclos de acumulação, mas os dramas, as estratégias e os sentidos que os sujeitos históricos atribuíram e continuam a atribuir, à sobrevivência, ao trabalho, à reciprocidade e à justiça. Não se trata apenas de reescrever o passado, mas de intervir nas possibilidades de futuro que se desenham no presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desenvolvida neste artigo buscou evidenciar a urgência e a potência da inserção dos estudos de gênero no campo da História Econômica. Longe de se tratar de um simples acréscimo temático ou de uma “atualização” periférica, a presença do gênero como categoria analítica impõe uma revisão profunda dos fundamentos epistemológicos, metodológicos e teóricos da disciplina. A crítica feminista à economia política, ao desnaturalizar a divisão sexual do trabalho e evidenciar os mecanismos de invisibilização do trabalho reprodutivo, revela as limitações de uma historiografia centrada exclusivamente na produção mercantil, na racionalidade capitalista e nos agentes masculinos inseridos nas estruturas formais do mercado.

Ao incorporar o trabalho doméstico, o cuidado, as práticas informais e os regimes de reciprocidade, a História Econômica amplia sua capacidade explicativa e se reconecta com a complexidade da vida material e social. Como demonstraram os estudos analisados ao longo do texto desde a crítica das autoras feministas à historiografia tradicional, passando pelos exemplos empíricos das operárias têxteis maranhenses e das mulheres escravizadas, a economia é um campo atravessado por relações de poder, desigualdades interseccionais e formas múltiplas de resistência. Nesse sentido, o gênero não apenas revela zonas ocultas da vida econômica, mas tensiona as categorias analíticas que organizam o próprio campo disciplinar.

A História Econômica deve abandonar seu compromisso com uma racionalidade neutra, linear e androcêntrica, abrindo-se à interdisciplinaridade crítica, à valorização das fontes não convencionais e ao reconhecimento de outras temporalidades e formas de produção da vida. A incorporação do pensamento interseccional e decolonial também se coloca como etapa necessária para o campo dialogar com realidades históricas e epistemes marginalizadas pelo cânone ocidental-moderno.

Mais do que um gesto reparatório, essa renovação crítica constitui uma oportunidade para revigorar a História Econômica enquanto campo estratégico de análise das dinâmicas sociais, políticas e simbólicas que organizam a vida coletiva. Ao romper com os muros da compartimentalização disciplinar e com os silenciamentos epistêmicos, a disciplina se reaproxima de sua vocação original: compreender o passado para iluminar os conflitos do presente e as possibilidades de transformação do futuro. Como afirmado ao longo do texto, não há História Econômica sem sujeitos; e não há sujeitos históricos fora das relações que produzem e reproduzem a vida em suas múltiplas dimensões.

Uma História Econômica comprometida com o gênero é, necessariamente, uma história crítica, plural e política capaz de integrar saberes, desmontar hierarquias e afirmar, na contramão da exclusão, a centralidade das vidas concretas como ponto de partida para pensar a economia como lugar de disputa e invenção do comum.

Essa inflexão exige, contudo, um enfrentamento direto aos dispositivos de poder que sustentam a hierarquia dos saberes e a exclusão de determinados corpos e experiências do reconhecimento epistemológico. A História Econômica não pode mais se sustentar em uma pretensa universalidade analítica que, na prática, invisibiliza o trabalho das mulheres, racializa a pobreza e dissocia produção de reprodução como se fossem esferas estanques. Como demonstraram autoras como Joan Scott<sup>34</sup>, Linda Nicholson<sup>35</sup>, Silvia Federici<sup>36</sup> e Angela Davis<sup>37</sup>, desestabilizar essas fronteiras é condição para que a disciplina recupere sua relevância crítica diante das desigualdades estruturais contemporâneas.

Nesse contexto, a economia deve ser entendida não apenas como um sistema de trocas materiais ou de métricas de crescimento, mas como um campo simbólico, normativo e afetivo onde se definem os modos de existência possíveis. Incorporar o gênero é, portanto, reconstituir o sentido da própria análise histórica, abrindo espaço para narrativas silenciadas por não se ajustarem aos critérios tradicionais de valor, produtividade ou desenvolvimento. A ruptura com

---

<sup>34</sup> SCOTT, 1995. p. 86.

<sup>35</sup> NICHOLSON, 2000. p. 12.

<sup>36</sup> FEDERICI, 2017. p. 45.

<sup>37</sup> DAVIS, 2016. p. 57.

o modelo hegemônico da racionalidade econômica, eurocêntrica, masculino e burguesa não é um ato de concessão, mas um gesto de rigor analítico e de justiça cognitiva.

Concluir por uma História Econômica feminista é afirmar a inseparabilidade entre teoria e política, entre análise e posicionamento ético. É reconhecer que toda produção de conhecimento é situada, e que a escolha das categorias, das fontes e dos sujeitos revela tanto quanto os dados em si. Por isso, mais do que revisar conteúdos, trata-se de refazer caminhos: descolonizar arquivos, escutar memórias recalcadas, atribuir centralidade ao invisível e deslocar o foco da narrativa para incluir as margens como produtoras legítimas de história e de sentido.

Essa reorientação não esgota a crítica, mas inaugura possibilidades. Uma História Econômica aberta ao gênero é uma história que fala com o presente, que pensa com os corpos e que resiste à captura neoliberal da vida. É, sobretudo, uma história que reabilita o comum como horizonte e a dignidade como fundamento analítico. Afinal, como ensinou Michelle Perrot<sup>38</sup>, “fazer a história das mulheres é, em última instância, fazer a história do humano”. E a economia, enquanto expressão concreta das relações humanas, só pode ser compreendida plenamente quando seus sujeitos são reconhecidos em toda a sua diversidade, agência e historicidade.

## REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BENERÍA, Lourdes. *Gender, development and globalization: economics as if all people mattered*. New York: Routledge, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 1989.

<sup>38</sup> PERROT, 2005. p. 16.

- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
- GAGO, Verónica. *La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARTMAN, Saidiya. *Lose your mother: a journey along the Atlantic slave route*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.
- LERNNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MIES, Maria. *Patriarchy and accumulation on a world scale: women in the international division of labour*. London: Zed Books, 1986.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- OYĒWUMÍ, Oyèrónkẹ. *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SMITH, Bonnie G. *The gender of history: men, women, and historical practice*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em: 12/08/2025 - Aprovado em: 03/11/2025